

BIOGRAFIA DA PROFESSORA SANDRA HAYDÉE PETIT: educação e identidade negra de uma imigrante cubana (1970-1994)

*Dória Karenina Castro de Almeida
Lia Machado Fialho Fiuza*

Resumo

O estudo interpela sobre a relação da educação e identidade negra da professora cubana Sandra Haydée Petit sob uma perspectiva de desenraizamento europeu. Tem-se como objetivo biografar a trajetória formativa educacional e migratória da professora Sandra Haydée Petit evidenciando o seu não pertencimento europeu. Fundamentada na História Cultural, o estudo apresenta a História Oral como metodologia de pesquisa ancorada no estudo biográfico. As fontes foram coletadas por meio de entrevistas gravadas, transcritas e validadas com a biografada. Os resultados evidenciaram que o processo de imigração vivenciado por Sandra Haydée Petit, influenciado pela experiência da discriminação racista, pela formação política familiar, associado a ancestralidade materna, aos movimentos de luta e o estranhamento europeu contribuíram para a compreender sua identidade negra e o sentimento de pertencimento às suas origens. Sandra Haydée Petit, docente da Universidade Federal do Ceará há 28 anos, investiu sua carreira dedicando-se às áreas da educação das relações etnicorraciais (ERER) e Educação Popular, preferivelmente sobre as abordagens: preta-gogia, cosmovisão/cosmopercepção africana, filosofia africana, pedagogias afroreferenciadas, tradição oral africana, sociopoética, educação afrocomunitária e eventos tabanka.

Palavras-chave: história da educação; educação afroreferenciada; mulher negra; migração; educação popular.

BIOGRAPHY OF PROFESSOR SANDRA HAYDÉE PETIT: education and black identity of a cuban immigrant (1970-1994)

Abstract

This study examines the relationship between education and Black identity in the case of Cuban teacher Sandra Haydée Petit from the perspective of European uprooting. Its objective is to trace the educational and migratory journey of Professor Sandra Haydée Petit, highlighting her lack of European belonging. Grounded in cultural history, the study employs oral history as a research methodology rooted in biographical study. The sources were collected through recorded interviews, which were transcribed and validated with the subject of the biography. The results showed that Sandra Haydée Petit's immigration experience shaped by her experience of racial discrimination, her family's political upbringing, her maternal ancestry, social justice movements, and her sense of alienation in Europe—contributed to her understanding of her Black identity and her sense of belonging to her roots. Sandra Haydée Petit, a professor at the Federal University of Ceará for 28 years, has dedicated her career to the areas of ethnic-racial relations education (ERER) and Popular Education, focusing on the following approaches: preta-gogy, African worldview/cosmoperception, African philosophy, Afro-referenced pedagogies, African oral tradition, sociopoetics, Afro-community education, and tabanka events.

Keywords: history of education; Afro-referenced education; black women; migration; popular education.

BIOGRAFIA DE LA PROFESORA SANDRA HAYDÉE PETIT: educación e identidad negra de una inmigrante cubana (1970-1994)

Resumen

El estudio analiza la relación entre la educación y la identidad negra de la profesora cubana Sandra Haydée Petit desde una perspectiva de desarraigo europeo. Su objetivo es trazar una biografía de la trayectoria formativa, educativa y migratoria de la profesora Sandra Haydée Petit, poniendo de manifiesto su falta de pertenencia a Europa. Basado en la Historia Cultural, el estudio presenta la Historia Oral como metodología de investigación centrada en el estudio biográfico. Las fuentes se recopilieron mediante entrevistas grabadas, transcritas y validadas con la propia biografiada. Los resultados pusieron de manifiesto que el proceso de inmigración vivido por Sandra Haydée Petit, influido por la experiencia de la discriminación racista, la formación política familiar, en relación con su ascendencia materna, los movimientos de lucha y el sentimiento de extrañeza en Europa, contribuyó a que comprendiera su identidad negra y el sentimiento de pertenencia a sus orígenes. Sandra Haydée Petit, profesora de la Universidad Federal de Ceará desde hace 28 años, ha dedicado su carrera a las áreas de la educación de las relaciones étnico-raciales (ERER) y la educación popular, preferentemente sobre los enfoques: pretaogía, cosmovisión/cosmopercepción africana, filosofía africana, pedagogías afroreferenciadas, tradición oral africana, sociopoética, educación afrocomunitaria y eventos tabanka.

Palabras clave: historia de la educación; educación afro-referenciada; mujer negra; migración; educación popular.

INTRODUÇÃO

A biografia de Sandra Haydée Petit, doravante Sandra Petit, insere-se no campo da história da educação do presente, ao tratar a vida de uma mulher professora, com ênfase na sua formação educacional, de maneira contextualizada, lançando visibilidade aos percalços e ressignificações vivenciados por uma migrante negra para conseguir escolarizar-se e destacar-se como protagonista na educação afro-brasileira do estado do Ceará-Brasil, nas últimas décadas do século XX. Ressaltam-se também as contribuições da biografada para o desenvolvimento educativo, especialmente no tocante às questões relacionadas às pedagogias afroreferenciadas e à valorização da identidade e da cultura negra.

Historicamente, às mulheres eram destinados os espaços privados, especialmente o do lar, restando-lhes a opção de exercerem apenas as funções consideradas domésticas – a maternidade, os cuidados com a casa e com a alimentação da família e a subserviência ao marido, por exemplo (Priore, 1997). De tal modo, elas permaneceram por muitos séculos invisibilizadas socialmente, silenciadas e relegadas a segundo plano de importância no desenvolvimento sociocultural, político e econômico na maioria dos países (Fialho; Hernández Díaz, 2020).

A profissão de professora, especialmente dedicada ao público infantil, por sua associação à maternidade, foi um dos primeiros postos laborais admitidos socialmente para as mulheres, compreendido como uma extensão das atividades do lar (Perrot, 1998). No entanto, apesar de no Brasil a feminilização do magistério ter sido iniciada no final do século XIX, ainda na atualidade, o trabalho feminino na docência é pouco valorizado e reconhecido, de modo que muitas professoras que contribuíram ou contribuem significativamente para a educação de várias gerações não gozam da devida visibilidade social, tendo suas histórias esquecidas, suas conquistas invisibilizadas e suas contribuições veladas (Pinsky, 2006).

Sandra Petit, caribenha, negra, migrante e professora universitária, biografada nesta pesquisa, insere-se no rol dessas mulheres que contribuíram substancialmente para o contexto educacional de sua época, com efeito, não recebeu a devida visibilidade da sociedade. Por esse

motivo, desenvolve-se uma narrativa na perspectiva hermenêutica para registrar, preservar e dar a ver sua história (Dosse, 2015), considerando as subjetividades inerentes à vida individual indissociada do coletivo, com o rigor metodológico da História Oral, sem a intenção de tecer uma narrativa heroica, exemplar ou ficcional, ao contrário, mostrando as dificuldades que as questões de gênero, raciais e identitárias impõem aos sujeitos, dificultando-lhes a luta por igualdade e justiça social.

O problema de pesquisa foi compreender como o percurso formativo educacional vivenciado por Sandra Petit resultou em importantes contribuições para o contexto educacional brasileiro. Nessa conjuntura, para alcançar uma resposta a essa indagação, o estudo teve como objetivo biografar a referida professora com ênfase na formação educacional que cunhou sua identidade e as práticas pedagógicas desenvolvidas que contribuíram para o contexto educacional brasileiro (1970-1994).

Com destaque ao período de sua formação educacional (1970 a 1994), trazem-se as experiências educativas de Sandra Petit valorizando-as ao longo do tempo, com o entendimento de que a dinâmica da narrativa “[...] não é linear e unidirecional, mas sujeito a incertezas, a descontinuidades, a oscilações e a incoerências, e essas inconstâncias precisam dialogar com um contexto maior, [...] que não pode engessar os ritmos próprios de uma vida” (Cardoso, 2021, p. 6). Afinal, o desígnio da formação humana se interpõe na construção da identidade e no desenvolvimento do pertencimento a uma categoria social, abrangendo diversos atributos que configuram a relação do indivíduo com a nação, as instituições sociais e a sociedade em que vive, na qual “[...] reconhecer-se numa delas supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Gomes, 2003, p. 171).

O pertencimento faz parte de uma das características fundamentais da natureza humana, enraizado na história de vida individual ao configurar a identidade e o comportamento social, aspectos que não se encerram no liame dos elementos que compõem a sobrevivência física, mas se desalojam na necessidade de se concatenar à vida em comunidade, aos grupos sociais. Dessa maneira, a biografia de Sandra Petit dar a ver como a constituição do seu pertencimento foi permeada pela influência da coletividade, seja por meio do desfavorecimento de recursos e conhecimentos interculturais, seja por meio da coesão social vivenciada.

Esses atributos evolutivos do pertencimento são proeminentes da experiência humana e contribuem à própria humanização do indivíduo, por inferência da assimilação de uma estrutura linguística, inferências políticas, implicação educacional, relações interpessoais e outras matrizes. Assim, compreende-se que “[...] é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.).” (Gomes, 2003, p. 171), e a própria comoção de se sentir coadunado, aceito e integrado a um determinado grupo, comunidade, nação ou identidade compartilhada.

Reconhecer a diversidade e a singularidade das experiências e culturas vivenciadas por Sandra Petit é relevante, pois permite uma compreensão mais nuançada sobre a dimensão da identidade profissional docente negra¹ construída cultural e historicamente por representações sociais e lutas contra o racismo e o processo migratório. Essa discussão ressalta a importância do

¹ Uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela nossa própria identidade” (Gomes, 2002, p. 2).

convívio social e da educação na compreensão da sociedade racializada, permitindo a compreensão sobre as práticas de discriminação racial e a ideologia do branqueamento, que potencializam o processo migratório, resultando na hibridização das identidades e no sentimento de não pertencimento.

METODOLOGIA

A pesquisa do tipo biográfica hermenêutica ampara-se no referencial teórico da História Cultural² (Burke, 2008), que possibilitou, a partir do século XX, não apenas a ampliação da compreensão de fontes históricas, considerando tudo o que conta a história dos sujeitos no tempo, mas uma ruptura com o caráter romanceado e ficcional sobre as narrativas biográficas tradicionais, geralmente dedicadas a monarcas, heróis de guerra ou figuras ligadas à igreja. Ao contrário de buscar uma estilização no relato biográfico em face de uma instrumentalidade política, moral ou religiosa para tecer uma narrativa exemplar, heroica ou moralizante, busca-se a aproximação mais fiel com os fatos, considerando o sujeito real no bojo do seu contexto, permeado por subjetividades e imperfeições inerentes aos seres humanos (Pesavento, 2003).

O estudo em questão, ao percorrer os rastros da História Cultural, foca a abordagem historiográfica a partir de uma biografia hermenêutica, ou seja, na qual “[...] a escrita sobre a vida, considerando a inter-relação entre o singular e o coletivo, corrobora o registro histórico nos âmbitos micro e macrosocial” (Sousa; Fialho; Ponce, 2023, p. 106), numa narrativa centrada em buscar entender os processos históricos, sem reduzir os eventos a uma linha rígida e linear no tempo (Le Goff, 2009). Nessa direção, ao trazer à tona a vida de Sandra Petit, intui-se “[...] decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2003, p. 22).

Elegeu-se a metodologia da História Oral (Alberti, 2023), por ser um método científico rigoroso que possibilita a biografada, no caso a docente Sandra Petit, discorrer sobre a história de sua própria vida, considerando valiosa sua memória, mesmo reconhecendo que ela estará permeada por lembranças, esquecimentos e filtros intencional ou inconscientemente. A propósito, são justamente as subjetividades que importam para melhor compreender as nuances de uma vida real.

A memória é caracterizada por ser produzida a partir de um estímulo, pois geralmente o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas ou o instiga à rememoração com outros subterfúgios, a história oral é coletada depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Ela, no gênero biográfico, utiliza de todo um conjunto de documentos de tipo história de vida, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida individual, de um grupo ou da sociedade em geral (Fialho *et al.*, 2020, p. 5).

A escolha pelo gênero biográfico constituído mediante a História Oral possibilitou a coleta de fontes orais pela mobilização das memórias da Sandra Petit – gravadas, transcritas e textualizadas – capazes de solidificar análises, “[...] de modo a construir ao final da pesquisa um panorama acerca dos sujeitos da pesquisa no imbricamento com o contexto social, histórico, cultural, econômico e

² A História Cultural “[...] emergiu com a revolução da história decorrente das discussões da Escola dos Annales, fundada em 1929, na França, que em sua terceira geração questionou a primazia da escrita histórica pelo viés econômico e social e corroborou para alargar, pela primeira vez, a compreensão de fonte histórica” (Sousa; Fialho; Ponce, 2023, p. 105).

político” (Lima *et al.*, 2018, p. 122). Ampliou a perspectiva sobre a história ao incluir memórias pessoais, sociais e experiências, muitas vezes marginalizadas (Fialho *et al.* 2020).

Considerando os aspectos éticos exigidos no Brasil para a realização de pesquisas científicas sérias, o projeto guarda-chuva para a realização de biografias de mulheres educadoras foi submetido e aprovado ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), sob o Parecer n. 2.585.705/2018. Em seguida, a biografada foi convidada a participar da pesquisa em reconhecimento à sua trajetória singular de formação e às contribuições educacionais fomentadas ao longo de sua atuação docente. Com o aceite e a assinatura prévia do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE), marcou-se o encontro presencial para a coleta das fontes orais por intermédio de duas entrevistas temáticas realizadas em 24 de abril de 2024, com duração de 3 horas, 16 minutos e 3 segundos, e em 1º de setembro de 2025, com duração de 53 minutos e 28 segundos, posteriormente validadas pela biografada.

A História Oral possibilitou registrar e preservar as experiências narradas através das memórias da biografada no seu contexto sociocultural, imprimindo não apenas fatos, mas emoções e perspectivas únicas que circularizaram o conhecimento sobre aspectos do contexto educacional, como padrões culturais formativos, estruturas sociais e processos históricos educativos.

PERCURSO MIGRATÓRIO FAMILIAR DE SANDRA HAYDÉE PETIT DIANTE DA HOSTILIDADE RACIAL

Caribenha de pertencimento, mas de nacionalidade sueca, a educadora Sandra Petit, nascida em 1962, é filha do haitiano Antoine Georges Petit e da cubana Rosario María Ester Páez, nascida em Camagüey. A biografada teve uma vida marcada por processos migratórios até chegar ao Brasil em 1995.

Seu pai, em virtude do governo ditatorial de Duvalier³, no Haiti, deixou sua pátria em 1958 “[...] por motivos políticos, porque ele era contrário ao regime ditatorial de Duvalier, chamada de Papa Doc” (Petit, 2024). O regime ditatorial de François Duvalier (1957-1971), conhecido como Papa Doc, apoiado no discurso nacionalista em favor do poder do povo negro, transitou “[...] para uma ditadura civil com a implantação de novas e inéditas instituições autoritárias no país” (Andrade, 2015, p. 401). Seu governo consolidou-se nessa conjectura:

[...] submetendo antigas instituições e construindo novas de cunho marcadamente autoritário como as milícias e o sistema de patronagem [...], seguiu aplicando um ataque sistemático às instituições nacionais com certa autonomia e que já haviam sido enfraquecidas desde a ocupação dos EUA (Andrade, 2015, p. 408).

Diante da autocracia, Antoine Petit, jornalista e ativista político, insurgiu-se contra o governo, por este gerir o axioma da extrema violência como forma de poder, em decorrência, foi perseguido pelo governo, buscando refúgio da opressão em Havana (Cuba), local onde posteriormente conheceu Rosario Páez e se casou. Essa aproximação ocorreu durante um processo de revolução em Cuba, no qual o presidente Fidel Castro buscava, como revela sua fala na Segunda Declaração de Havana em 1962, igualdade social e racial: “[...] não há forças capazes de impedir o movimento de libertação dos povos” (Castro, 2019, p. 14). Apesar dos esforços iniciais, o debate sobre a desigualdade racial foi desarticulado, resultando no apagamento, provisório, do ideário negro.

³ Regime ditatorial (1957-1986) criado por François Duvalier. Médico sanitário que tinha influência com o movimento negro e que realizava trabalho junto a consultórios populares e às populações rurais no combate à malária; posteriormente passou para seu filho Jean Claude Duvalier.

O problema da sociedade racializada não é tanto a presença ou não de ‘diversidade’ e seu reconhecimento formal como um dado social ou cultural, mas o reconhecimento positivo da diferença no sentido da aceitação do Outro Total, e das dinâmicas singulares que lhes são constitutivamente próprias (Moore, 2007, p. 292).

O racismo em Cuba dificultou o diálogo entre diferentes grupos sociais, criando fronteiras simbólicas que estabelecem “[...] uma forma de negação ou de mistificação da alteridade da população negra, fixando-a em estereótipos, atribuindo-lhe uma essência de inferioridade e maldade, não reconhecendo suas diferenças” (Fernandes; Souza, 2016, p. 106). Essa dinâmica limitou as interações entre os grupos, negou a riqueza da alteridade da população negra, evidenciando uma visão monolítica de aprisionamento dessa categoria em patamares inferiores de sociabilidade. A infância de Sandra Petit foi, contudo, forjada por relações de dominação, tornando a questão racial um instrumento fundamental de classificação social (Quijano, 2005).

Somando-se às questões raciais que desagradavam seus pais, a ruptura sino-soviética, que se iniciou no final da década de 1950 e se intensificou nos anos 1960, acentuou um período crítico nas relações entre a China e a União Soviética. Essa crise decorreu de divergências ideológicas e estratégicas, refletindo diferenças na interpretação do marxismo e disputas pela liderança no movimento comunista. Enquanto a União Soviética defendia a coexistência pacífica com o Ocidente, a China adotava uma postura mais radical sob Mao Tsé-Tung. O rompimento entre essas nações levou a um realinhamento de alianças, que reconfigurou a dinâmica das relações, apontando a prevalência da União Soviética sobre Cuba. Com isso:

Meu pai, que era maoísta, se [sic] frustrou com a situação em Cuba e decidiu aceitar uma proposta para se mudar para a China. Nesse contexto, minha mãe enfrentou um dilema: escolher entre ficar em Cuba, ir para os Estados Unidos com sua filha ou seguir meu pai. Optou por ficar com ele por amor, deixando minha irmã com os avós. Assim, ela me levou para a China, embora eu não tenha lembranças dessa fase, pois tinha apenas dois anos (Petit, 2024).

A biografada narra que, embora a família Petit tivesse uma vida economicamente organizada na China, o regime repressor chinês cerceava a liberdade feminina, limitando-a às atividades domésticas, enquanto seu esposo precisava viajar “[...] por aquela região que estava em plena guerra do Vietnã, com os Estados Unidos” (Sandra Petit, entrevista realizada em 28 abr. 2024). Ante essa situação, resolveram migrar novamente, mãe e filha foram morar nos Estados Unidos, locus onde iniciou sua trajetória educacional formal no jardim de infância (atualmente Educação Infantil), período que residiu com os avós maternos, enquanto Antoine Petit, por meio do regime chinês, foi morar na França.

Posteriormente a família conseguiu reencontrar-se na França, que estava sob o regime de direita de Charles de Gaulle (1959-1969), período de tensões em torno da formação de uma arena pública plural, onde diferentes vínculos religiosos, nacionais, étnicos ou raciais desafiavam a concepção de cidadania republicana. Durante os anos 1980, o racismo se tornou um tema central nas discussões públicas do país, enquanto, na década de 1990, as mobilizações focaram mecanismos de combate à discriminação e elaboração de um vocabulário da diversidade ao longo dos anos 2000 (Ribeiro, 2017). Relata a biografada que, vivenciando uma situação de instabilidade financeira, de fragilidade social e de discriminação racial, sua família só conseguiu permanecer na França por três anos, pois Antoine Petit:

[...] não poderia ser considerado refugiado político [...] nem de Cuba nem da China. Ele não podia voltar era para o Haiti [...] sem conseguir documentação como refugiado, também não tinha motivo para ficar. Os franceses não dão documentação para estrangeiros, principalmente para estrangeiro negro e comunista do terceiro mundo (Petit, 2024).

Durante o período em que residiu na França, estudou a 1ª e 2ª séries (atualmente Ensino Fundamental – anos iniciais) numa escola pública de periferia francesa, “[...] no bairro que a gente morava, não tinha muitos negros nem muitos estrangeiros, então eu era um pouco discriminada na escola [...], tinha crianças que não queriam se sentar ao meu lado [...]; eu ficava isolada [...]; foi meu primeiro choque racista” (Petit, 2025).

Ser negro, comunista e de terceiro mundo são estereótipos que reforçam a política de branqueamento dos países europeus, submetendo a população negra “[...] a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população considerada branca” (Ferreira, 2002, p. 71). Inclusive, o processo de migração fortaleceu a política do branqueamento, na qual os brancos ocupam os melhores postos de trabalho e socialmente são considerados superiores veladamente (Pinto; Ferreira, 2014).

Frente à insustentabilidade no país francês, a família Petit migrou para a Suécia, durante a política de acolhimento do primeiro-ministro Sven Olof Palme (1969-1976), pois esta alinhava-se às demandas humanitárias, culturais e educacionais ao acolhimento de refugiados de países sob ditaduras. Nesse país, a biografada encontrou um espaço que possibilitou um cenário de convivência familiar mais estável e propício, apinhado de oportunidades multiculturais e educacionais, possibilitando-a fortalecer sua identidade negra.

PROCESSO FORMATIVO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Os pais de Sandra Petit sempre se preocuparam com o seu desenvolvimento educacional, incentivando-a ao aprendizado das primeiras letras de maneira informal, valorizando o bilinguismo francês e espanhol, bem como o acesso à diversidade literária e cultural. Com a estabilidade familiar na Suécia, ela foi matriculada na educação formal em escolas na periferia e, em seguida, no centro de Estocolmo, onde teve acesso ao estudo em língua inglesa e portuguesa, contudo, não se limitou a esses idiomas, aprendeu também a leitura em russo e sueco por meio da interação social e de programas televisionados.

Esses aprendizados linguísticos faziam com que Sandra Petit se sentisse mais empoderada, estimulando-a a atender padrões valorizados pelos europeus de comportamento e cultura para conseguir aceitação. Como leciona Quijano (1992, p. 12-13), “[...] a cultura européia [*sic*] também se tornou uma sedução: dava acesso ao poder. Afinal, além da repressão, o principal instrumento de todo poder é sua sedução. Europeização cultural tornou-se uma aspiração”. Sandra Petit (2024) acrescenta:

Suécia é um país muito favorável ao estudo [...] é um dos países de maior índice de desenvolvimento em IDH [Índice de Desenvolvimento Humanos]. Naquele tempo era melhor do que hoje, [...] havia muitas vantagens sociais [...]. Estudei em escola sueca, pública, de muitos tipos. Na Suécia fala sueco, mas a maioria sabe falar inglês, então tinha muitos programas em inglês e a gente [...] escutava músicas [...]. Eu vivi no mundo com muitos idiomas. Então, para mim, isso era normal. Eu fui muito privilegiada.

Além das facilidades educativas no contexto sueco mencionadas, a família Petit sempre esteve envolvida com a intelectualidade politizada, o que permitiu uma maior interação com programas histórico-culturais, documentários legendados e músicas estrangeiras oferecidos pela

TV aberta. Então, com o incentivo à leitura e com a problematização crítica dos contextos políticos, a relação da biografada com a leitura e com os colegas estrangeiros tornou-se algo comum em seu cotidiano, como ela expõe:

[...] desde pequena, lia muito por conta da influência do meu pai, que assistia a todos os jornais, porque em casa isso era quase sagrado. [...] Então, eu era muito politizada. Sabia tudo que acontecia no mundo [...], a gente tinha opinião sobre as coisas. Eu era contra a guerra do Vietnã. Nós saíamos em passeata, no dia primeiro de maio, contra a guerra do Vietnã e do *apartheid* (Petit, 2024).

As manifestações políticas vivenciadas despertavam o interesse em Sandra Petit para leituras diversas de mundo. Importa esclarecer, no entanto, que a escolarização de Sandra Petit seguiu trajetórias distintas: o ensino ginásial foi realizado nas escolas suecas; enquanto o ensino médio ou secundário ocorreu por meio do método francês de ensino por correspondência.

Inicialmente Sandra Petit frequentou, durante alguns meses, uma escola particular sueca que oferecia o ensino nos idiomas sueco e francês, onde concluiu o segundo ano escolar. Posteriormente ingressou em uma escola pública localizada em área periférica frequentada por imigrantes, na qual permaneceu por três anos. Conforme relato da própria biografada, a escolarização na Suécia começa com 7 anos em escolas que não tinham muros, eram abertas, com um ambiente de bom ensino, mas “[...] tinham problemas sociais, *bullying* [...] tensões internas entre grupos sociais” (Petit, 2025).

Aos 10 anos, passou a residir com sua irmã, casada com um diplomata africano, na Espanha, onde permaneceu por dois anos. Entre os 11 aos 13 anos, frequentou o Colégio Unión Cristiana de Saint Chaumont, instituição particular francesa católica destinada à educação para meninas, localizada em Madrid. Para seu ingresso, foi submetida a um exame admissional, após o qual precisou repetir a 4ª série. Nessa escola, eram seis horas de aula por dia, onde ela aprendeu “[...] o catecismo [...] reza de manhã e de tarde [...] com as freiras” (Petit, 2025). Concluído esse período, voltou para a Suécia.

Prosseguiu seus estudos numa escola particular francesa na Suécia, denominada Lycée Français Saint-Louis, localizada no bairro Essingestråket, em Estocolmo, permanecendo da 6ª à 8ª série (correspondente ao Ensino Fundamental – anos finais, no Brasil). Nessa instituição, o francês era o idioma fundamental, enquanto o sueco era ministrado apenas em algumas horas semanais. A escola mantinha uma relação com a Aliança Francesa e apresentava características particulares, como descreve Sandra Petit (2025): “Seguia o currículo francês de verdade, ou seja, a mesma coisa que se estudava na França se estudava nessa escola, e era uma história atípica, porque havia muitos suecos que tinham alguma relação com a França e também havia filhos de diplomata” (Petit, 2025), ou seja, havia alunos francófonos.

Nessa escola francesa, com ensino diário de oito horas, consoante o currículo francês exigia, que tinha a autonomia e a pesquisa como princípios educativos basilares: “[...] podia estudar sobre coisas de diversos países [...] escolhíamos um tema para fazer pesquisas [...] na época nós íamos para a biblioteca. Fazíamos um esquema para encontrar o material, para analisar e fazer um relatório [...], tinha muita pesquisa [...]. Tinha que ser autônoma” (Petit, 2025).

Na França, desde 1989, o país possibilitou a organização convencional da escolaridade em ciclos, funcionando da seguinte forma: ensino primário, composto pelo ensino pré-elementar (*école maternelle*, de 2 a 5 anos) e ensino elementar (*école élémentaire*, de 6 a 11 anos); o ensino secundário, composto pelo colégio (*collège*) e pelo liceu (*Lycée*), o primeiro voltado para alunos de 11 a 14 anos, dividido nas fases de adaptação, central e orientação, e o último subdividido em ciclos de determinação e terminal (Paz, 2017).

Conforme narrativa de Sandra Petit, durante o ensino secundário francês, ela não apresentou dificuldades para adaptar-se ao ambiente. Socializava-se bem com os alunos da escola, mas costumava andar com os filhos dos imigrantes. Para dar continuidade à formação de nível médio, optou pela modalidade a distância, realizada por correspondência durante três anos, ofertada pela França. A escolha foi justificada pelo interesse em restabelecer o vínculo com os outros idiomas e as culturas com as quais já havia vivenciado.

Nessa seara, a modalidade de aprendizagem por correspondência é um modelo que:

[...] faz uso de tutoria mediada pelo correio. Não é apenas o tipo de material didático utilizado, geralmente material impresso, suficiente para caracterizar a modalidade como sendo 'por correspondência'. Portanto, o que justifica essa denominação é o processo de mediação entre aluno e tutor ou professor ou instrutor ser realizado por meio de cartas. Remessa de lições, trabalhos e provas, da escola para o aluno [...] (Palhares, 2009, p. 48).

O método de estudo por correspondência, realizado no Centro Nacional de Estudos por Correspondência, tinha como característica principal a interação entre aluno e professor, organizada por meio de cartas, com envio de tarefas escolares via correio. Em geral, exige do aluno muita disciplina e responsabilidade, já que, para ocorrer com êxito, é necessário o compromisso do aluno no cumprimento das atividades e autonomia, o que não se configurava um problema para Sandra Petit, que era organizada, dedicada e determinada.

O desenvolvimento do conhecimento em línguas estrangeiras foi um fator propulsor de sua inserção em um mundo multicultural, o que a incentivou a buscar suas origens e a valorizar a sua cultura. O que mais lhe despertava prazer era a presença dos tambores e festividades que inscreviam um enlaço cultural que lhe conectava às suas raízes ancestrais, configurando-se [...] uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica” (Pesavento, 2003, p. 8).

A cultura ancestral materna era preservada e oferecida por meio da dança e da musicalidade em seu lar, componentes importantes na vida da educadora, que manifestou um sentimento de aproximação à cultura afro. Sua mãe também trouxe para casa uma variedade de ritmos, como o samba e a música negra haitiana, bem como os momentos festivos de comemoração, como o Carnaval brasileiro, elementos que contribuíram para essa construção identitária de pertencimento como pessoa negra. A memória sobre a ancestralidade, expressa na narrativa da biografada, ressalta as manifestações afrodescendentes e destaca a cultura negra como um elemento essencial, de modo que a sua memória poderia ser comparada a um tecido produzido no tear africano, onde a trama representa os diversos espaços de moradia e as experiências multiculturais e a urdidura representa o longo transcorrer do tempo, constituído das memórias mais marcantes (Oliveira, 2005).

Ressalta-se que as categorias ancestralidade, identidade negra e racismo permearam a narrativa da biografada. Suas memórias revelaram a eminência de choques culturais, especialmente diante do desinteresse dos suecos pela cultura estrangeira, do desrespeito com a religiosidade africana e do preconceito com a pele negra. Sandra Petit (2024) relatou:

[...] éramos conscientes de que éramos negros, que isso tem uma inserção diferente no mundo, ser negro é diferente de ser branco, então o significado da injúria das vezes que as pessoas se comportavam de forma discriminatória ou simplesmente [...] por você estar na rua e então alguém gritar: 'Que é que você está fazendo aqui? Vá para a África!'. Isso já aconteceu várias vezes na minha vida.

A biografada destaca Angela Davis, escritora militante negra norte-americana, como uma das figuras centrais que a impulsionaram a despertar para a discussão sobre a consciência negra e a necessidade de valorizar suas origens ancestrais e identitárias: “Angela Davis [...] foi a primeira

figura que me causou realmente uma consciência negra. Nós falávamos sobre as realidades, [...]. Saímos em passeata por sua libertação” (Petit, 2024). Justamente na luta por igualdade racial, foi motivada a refletir sobre o contexto cultural da Suécia e compreender que “[...] reconhecer-se negro e preto tem a ver com essa história (de luta por reconhecimento) e muito me ajudou a enfrentar os racismos em todos os países por onde andei” (Petit, 2015, p. 46).

A identidade cultural, entendida “[...] como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (Gomes, 2003, p. 171). A identidade negra de Sandra Petit, diante da valorização da construção social *brancocêntrica* sueca, evidenciou o seu não pertencimento europeu, contudo, na fase adulta, mais empoderada e consciente da sua situação desprivilegiada, por ser uma negra migrante, amparou-se nas ideias de Angela Davis e resolveu protagonizar uma trajetória pautada na luta pela igualdade e pela justiça social.

Desde os 13 anos, Sandra Petit desempenhou atividades laborais, conforme permitido pela legislação da Suécia, desde que não envolvessem situações de risco perigosas. Dentre essas experiências, destacou-se sua atuação nos Correios e, após angariar recursos financeiros, aos 18 anos, realizou um ano sabático no Caribe, visitando localidades como Porto Rico, Trinidad e Tobago, Guadalupe, dentre outras. Durante essas viagens, hospedou-se em albergues, residências estudantis e casas de amigos, vivenciando experiências que lhe proporcionaram um significativo sentimento de pertencimento aos locais visitados e à cultura caribenha.

Motivada pelo prestígio do sistema educacional francês e pelo seu interesse em idiomas, fez “[...] o vestibular em Estrasburgo, no norte da França, pois é a Embaixada quem decide isso” (Petit, 2025). Em seguida, regressou sozinha à França, para continuar seus estudos acadêmicos, desta vez valorizando sua cultura e negritude. Prestou o exame de admissão na Université Paris VIII (1982-1986), onde cursou Línguas Estrangeiras Aplicadas. Posteriormente realizou o mestrado e o doutorado em Ciências da Educação (1989-1995), alcançando o “[...] último nível do sistema educativo francês, [...] organizado sob a forma de Licença (3 anos), Mestrado (2 anos) e Doutorado (3 anos), dito sistema LMD” (Paz, 2017, p. 39).

A priori, durante a estada no território francês, Sandra Petit precisou se adaptar a uma nova realidade financeira limitada, morando na residência universitária internacional (cidade universitária), como a casa brasileira, sueca e italiana. Para se adequar a esse cenário econômico, nos primeiros anos trabalhou durante os verões, principalmente em metrô, ministrava aulas de francês para brasileiros e posteriormente conseguiu um crédito universitário, todavia, foram o diálogo com os militantes do movimento social de imigrantes na França e a aproximação com doutorandos brasileiros que moravam na sua mesma residência que lhe permitiram o acesso a livros doados para lhe auxiliar no desenvolvimento de sua pesquisa acadêmica sobre os imigrantes em Paris.

A biografada explica que no mestrado estudou “[...] sobre a educação popular em Salvador, especificamente na área de associações de bairro, um tema relevante na transição democrática, [...] porque eu comecei ter amizade muito forte com baianos” (Petit, 2024). Considerando a hospitalidade que sempre encontrou do povo brasileiro, resolveu fazer o doutorado sobre as escolas comunitárias no Brasil, discutindo a dominação para com os negros das comunidades pobres e periféricas. Ela questionava o fato de que “[...] a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia *[sic]* de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus *[sic]*” (Quijano, 2005, p. 118).

Tendo vivenciado a dominação eurocêntrica, ela percebia que países europeus empreendiam esforços em naturalizar e universalizar a dominação por meio do controle sociocultural, sustentando uma hierarquia em que se inferiorizam as diferenças culturais e se

enaltecia o branqueamento europeu, reforçando as desigualdades e as relações de poder. A identidade negra na base valorativa eurocêntrica é frequentemente reduzida a uma categoria simplista, baseando-se apenas na cor da pele, consequentemente:

[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117).

Para captar a relevância dessa complexidade no Brasil, Sandra Petit mudou-se para esse país, afinal, imergir no campo de estudo possibilitava melhor compreender que as identidades são definidas no contexto da cultura e da história, abrangendo não apenas a raça, mas também o gênero, a sexualidade, a nacionalidade e a classe. Dessa maneira, mesmo no Brasil, ser mulher negra, imigrante e de comunidade pobre não era tarefa fácil, pois nesse contexto carregam-se estigmas de opressão, exclusão e silenciamentos históricos, afinal, “[...] a identidade construída pelo negro se dá não só em proporção ao branco, mas, também, pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este” (Gomes, 2002, p. 40).

O ser humano manifesta uma necessidade inata de pertencer a um grupo, de se sentir aceito, de ser validado e de fazer parte de uma nação, “[...] um espaço de hierarquias que define pertencimento, seu espaço também simboliza um investimento no pacto civilizatório, que se propõe amenizar a selvageria da vida em estado natural” (Mathias, 2023, p. 171), por isso um grupo social pode modificar o comportamento, o pensamento e as emoções humanas, construindo identidades conflitantes que necessariamente não estão ligadas à pertença de povo específico, daí a importância de encontrar um equilíbrio entre a individualidade e o papel na coletividade.

Posto isso, fica patente que a biografada contribuiu de forma significativa para a construção da identidade individual e coletiva. Apesar dos objetivos comuns da sensação de dor, crenças compartilhadas, esse processo de socialização, que envolve a assimilação de normas e comportamentos do grupo, não implica necessariamente a perda da nossa individualidade, mas sim uma adaptação mútua. A sensação de pertencimento, no entanto, começa a se fragilizar quando o indivíduo percebe que sua existência no grupo não é mais relevante para o conjunto de acontecimentos que o caracterizam.

Sobre esse conceito, a educadora relatou que não pode negar sua inserção na cultura sueca, pois conviveu com os costumes do país, contudo, “[...] sempre cultivei e alimentei foi o meu pertencimento afro” (Petit, 2024). Esse sentimento de pertença inicia-se geralmente no seio da família, que desempenha um papel crucial nos primeiros anos de vida, fornecendo segurança, afeto e as primeiras lições de socialização, quando o:

Pertencimento se transforma em conteúdo da percepção, no momento que o sujeito se questiona pelos motivos que desencadeiam rejeição ou exclusão, de forma contínua. Historicamente, atores sociais que se destacam por algum indício de alteridade ou que pertencem a grupos minoritários/periféricos tendem a fazer essa experiência mais frequentemente. Seu esforço de crítica social e de revisão das narrativas dominantes gera questionamentos e deslocamentos nas dinâmicas de acesso e distribuição, desbravando outras formas de organizar a lógica do pertencer (Mathias, 2023, p. 168).

Ao criticar a sociedade e revisar narrativas predominantes, grupos étnicos minoritários ou periféricos provocam questionamentos e mudanças nas dinâmicas de acesso e distribuição, buscando novas formas de compreender e organizar o pertencimento que envolve a negociação de

recursos essenciais para a própria existência. Esse formato de refutar a violência identitária reafirma a identidade negra e acolhe suas raízes, configurando o estado de pertencimento, como se configura na fala da biografada: “[...] o meu sonho desde pequena era não ficar na Suécia [...]; à medida que o tempo foi passando, eu fui me sentindo não pertencente à Suécia” (Petit, 2024).

Na perspectiva de envolvimento com a cultura ancestral, em âmbito aliado ao processo migratório e político dos movimentos de luta e à aproximação com grupos diversos, em evidência o estado da Bahia, a biografada concebeu o Brasil como seu país de pertencimento e reconhecimento da sua construção enquanto identidade negra.

Dada essa aproximação com a cultura brasileira em virtude das oportunidades de um concurso para professora convidada na Universidade Estadual do Ceará (1995), Sandra Petit solidificou suas raízes no Brasil, em Fortaleza, Ceará, podendo posteriormente se tornar professora efetiva (1996) da Universidade Federal do Ceará, locus onde investiu anos de sua carreira, atuando nas áreas da Educação Popular e das Relações Étnico-Raciais (ERER).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biografia desenvolvida a partir da História Cultural permite uma reelaboração do contexto narrativo, oferecendo uma compreensão profícua da biografada a partir dos acontecimentos históricos. Posto isso, a metodologia centrada na História Oral flexibilizou a análise do percurso de vida e da escolarização da educadora Sandra Petit, proporcionando uma visão mais dinâmica e contextualizada de sua trajetória.

A difusão dos conhecimentos intelectualizados dos pais, experienciados em programas culturais, bem como as manifestações dos estímulos maternos vinculados à música e à dança foram fundamentais para que a biografada compreendesse os movimentos racistas sob uma perspectiva migratória. Esse contexto permitiu que, durante o processo de imigração, Sandra Petit enfrentasse a disparidade racista, ao mesmo tempo que a formação politizada de sua família, o convívio com a ancestralidade materna e os movimentos de luta proporcionaram uma base sólida para o reconhecimento da sua identidade negra e para o seu sentimento de pertencimento.

Outros fatores preponderantes para a reconhecimento dessas categorizações foram o estranhamento europeu e o próprio processo de escolarização, cultivados durante o processo migratório, o que lhe oportunizou uma assimilação contextual intercultural a partir do desprendimento da cultura eurocêntrica e da reconexão com seu enraizamento com suas origens.

Conclui-se que o estudo não consegue abranger os matizes de uma vida diante de sua complexidade e subjetividade, mas pode contribuir para o registro e memória da compreensão da história da educação. Apreende-se, portanto, que o estudo baseado em biografia de mulheres educadoras possibilita um maior entendimento acerca da complexidade de um estudo de vida docente, possibilitando que a produção de conhecimentos acadêmicos sobre essa vertente contribua como acervo histórico na conjuntura educacional.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. François Duvalier e o bonapartismo haitiano. *Dimensões*, Vitória, v. 35, p. 391-415, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/12506/8705>. Acesso em: 18 set. 2024.

- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARDOSO, Michele Gonçalves. Biografia e temporalidades: prática historiográfica e o ensino de história. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75676>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- CASTRO, Fidel. *Segunda Declaración de Havana*: La Habana, 4 de febrero de 1962. Madrid: Clacso, 2019.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHj4s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2004.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 69-86, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/JHpfdP3bp6dd8Y4wrw8XbHN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRAGA JUNIOR, Victor Ricardo de Sousa; MONTE, Raylane Sales; BRANDENBURG, Cristine. O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 2, p. 1-13, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i1.3505. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505>. Acesso em: 6 out. 2024.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza; HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. Maria Zelma de Araújo Madeira: memórias de formação e resistências da docente universitária negra. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 20, p. 775-796, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/26441>. Acesso em: 6 out. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 17 set. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 9, p. 38-47, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702>. Acesso em: 10 out. 2024.
- LIMA, Edgar Nogueira FIALHO, Lia Machado Fiuza; CARDOSO, Lucila Moraes; SOUZA, Antoniele Silvana de Melo. A oralidade na história da educação e psicologia: caminhos e interseções. In: XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (org.) *Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 116-134.
- MATHIAS, Dionei. Pertencimento: discussão teórica, Brasil. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 166-187, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/5j8SHLFb5zy65tR5s5fjpSy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: em 17 set. 2004.
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

- OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. 2005. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- PALHARES, Roberto. Aprendizagem por correspondência: educação a distância. In: FORMIGA, Manuel Marcos Maciel; LITTO, Fredric Michael (org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- PAZ, Fábio Mariano da. História e organização do sistema educativo francês: da escola maternal à universidade. *Avesso do Avesso*, Araçatuba, v. 15, n. 15, p. 22-42, 2017. Disponível em: https://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v15_artigo02_historia.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PETIT, Sandra Haydée. *Entrevista concedida a anonimato em 28 de abril de 2024*. Fortaleza, 2024.
- PETIT, Sandra Haydée. *Entrevista concedida a anonimato em 1º de setembro de 2025*. Fortaleza, 2025.
- PETIT, Sandra Haydée. *Pretagoria: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral: contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/2003*. Fortaleza: EdUECE, 2015.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, 2014. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/933. Acesso em: 29 set. 2024.
- PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, Lima, v. 12, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://arqueologiageneralunca.files.wordpress.com/2018/04/quijano-colonialidad-y-modernidad-rationaidad.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2004.
- QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Madrid: Clacso, 2005.
- RIBEIRO, Yolanda Gaffrée. Mobilizações de combate à discriminação em Paris e a construção de um problema público: a questão racial na França. *Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, v. 42, p. 309-338, 2017.
- SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PONCE, Hugo Heredia. Quem foi Júlia Alenquer Fontenele?: história de uma educadora cearense marcada pela ausência de memórias. In: FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Biografias e histórias da formação de mulheres educadoras*. Fortaleza: EdUECE, 2023.

Submetido em maio de 2026
Aprovado em julho de 2026

Informações das autoras

Dória Karenina Castro de Almeida
Universidade Estadual do Ceará
E-mail: doria.karenina@aluno.uece.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3447-2821>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1414461790952928>

Lia Machado Fiuza Fialho
Universidade Estadual do Ceará

E-mail: lia.fialho@uece.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-03939892>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614894191113114>